

PERFIL DE PROJETO (PP)

BRASIL

PROFISCO – MATO GROSSO DO SUL PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (PROFISCO/MS) (BR-L1235)

EMPRÉSTIMO INDIVIDUAL DA LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL DO PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO E INTEGRAÇÃO DOS FISCOS NO BRASIL (PROFISCO BR-X1005)

I. DADOS BÁSICOS

Título do Projeto:	PROFISCO – Mato Grosso do Sul. Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Mato Grosso do Sul.		
Número do Projeto:	BR-L1235.		
Equipe do Projeto:	Luiz Villela (ICF/FMM), Chefe de Equipe; Ana Lúcia Paiva Dezolt (FMM/CBR); Teresa Maurea Faria (LEG/SGO); Fernando Glasman (CSC/CBR); Roberto Monteverde (CSC/CBR); Flávio Galvão (Consultor); Cristiane Vasconcelos (ICF/FMM); e Cecilia Bernedo (ICF/FMM).		
Fiador:	República Federativa do Brasil.		
Mutuário:	Estado de Mato Grosso do Sul.		
Órgão executor:	Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul (SEFAZ/MS).		
Plano de financiamento:	IDB:	(CO)	US\$ 12.000,0 mil
	Local		US\$ 1.333,3 mil
	Total		US\$ 13.333,3 mil
Salvaguadas:	Políticas identificadas:		Nenhuma
	Categoria:		“C”

II. JUSTIFICATIVA GERAL

- 2.1 A presente operação faz parte da Linha de Crédito Condicional CCLIP-PROFISCO (BR-X1005), aprovada pela Diretoria Executiva do Banco por meio da Resolução DE-132/2008, de 5 de novembro de 2008.

A. Aspectos sócio-econômicos

- 2.2 O Estado do Mato Grosso do Sul está localizado na região Centro-Oeste, faz fronteira com o Paraguai e a Bolívia, e tem uma população de apenas 2,3 milhões de habitantes. É um estado eminentemente agropecuário e um grande exportador de produtos agrícolas, carne e minérios de ferro e manganês. Diante da crise mundial os setores mais afetados foram os de gás natural (importado da Bolívia), combustíveis, frigoríficos, pecuária e minérios. Tal cenário está reduzindo a arrecadação própria do Estado que, no entanto, vem conseguindo manter seu bom desempenho fiscal e o nível dos investimentos. Esta operação irá contribuir de forma relevante para melhorar a arrecadação e a qualidade do gasto, atenuando os efeitos da crise sobre as finanças do Estado do Mato Grosso do Sul.
- 2.3 O Estado de Mato Grosso do Sul vem cumprindo todos os compromissos assumidos com o Governo Federal relativos ao Programa de Ajuste Fiscal (PAF)

assim como às condições exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para contratação de operações de crédito. O quadro abaixo sintetiza alguns dos principais indicadores fiscais:

Quadro 2.1: Desempenho Fiscal

Especificação	Realizado 2007 R\$ milhões	Realizado 2008 R\$ milhões	Variação	
			Valor	%
I. - Receita Não Financeira	5.575	6.814	1.239	22,2
II - Despesa Não Financeira	4.750	6.139	1.389	29,2
III - Resultado Primário (I-II)	825	675	(150)	(18,2)
IV - Juros Nominais	150	181	31	20,7
V - Investimentos	172	749	577	335,5
VI - Receita Corrente Líquida	3.931	4.843	912	23,2
VII - Gasto de Pessoal	1.607	1.706	99	6,2
VIII - Pessoal / RCL	40,9%	35,2%		
IX - Dívida Consolidada	5.829	5.633	(196)	(3,4)
X - Dívida / RCL	148,3%	116,3%		

Fonte: Relatórios de Gestão e da Execução Orçamentária. Secretaria do Tesouro Nacional

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/sistn.asp

- 2.4 A participação relativa do Estado no produto da arrecadação nacional do ICMS passou de 1,72% em 2005 para 1,87% em 2008, e a participação das receitas próprias no total das receitas correntes passou de 72% em 2005 para 76% em 2008, reduzindo ainda mais a dependência do Estado de transferências da União.

B. A Gestão Fiscal do Estado de Mato Grosso do Sul: avanços e tarefas pendentes

- 2.5 Nos últimos anos, a SEFAZ/MS desenvolveu um amplo processo de fortalecimento institucional, financiado em grande medida com recursos do Banco, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE). A gestão fiscal (tributária e financeira), na última década, alcançou os seguintes avanços: (i) implantação da Gestoria de Grandes Empresas, (ii) implantação de controle comparativo entre os dados de importação e as informações das declarações de importação, (iii) início do desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas informatizados para a implantação do SPED; (iv) criação da Controladoria Estadual, como forma de ampliar o controle e definir critérios dos gastos da Administração Estadual; (v) implantação de sistema informatizado de gerenciamento do patrimônio mobiliário do Estado; e (vi) desenvolvimento de estudo de capacitação laboral em serviços.

- 2.6 **Principais desafios¹.** Não obstante os bons resultados já alcançados até o presente, constata-se que a gestão fiscal do Estado do Mato Grosso do Sul ainda enfrenta importantes desafios que são apresentados a seguir, e classificadas segunda as quatro áreas de atuação do CCLIP PROFISCO:

¹ Para maiores detalhes sobre os desafios que ainda enfrenta o Estado, ver Matriz de Problemas Soluções e Resultados em anexo

- 2.7 **Gestão estratégica:** (i) descontinuidade do planejamento da gestão, retrabalho e lentidão dos processos de ação fiscal; (ii) elevada margem de erro das projeções de receita; e (iii) limitada integração do Estado de Mato Grosso do Sul ao processo de modernização dos fiscos estaduais.
- 2.8 **Administração tributária e contencioso fiscal:** (i) baixa capacidade de cobrança administrativa da SEFAZ e morosidade do processo do contencioso administrativo fiscal; (ii) controle insuficiente do trânsito de mercadorias nas fronteiras do Estado; (iii) dificuldade de geração de relatórios com informações confiáveis para orientar o planejamento das ações fiscais do Estado; (iv) baixa confiabilidade das informações geradas pelos atuais sistemas informatizados; (v) elevado custo de manutenção dos equipamentos de informática; (vi) divergência das informações cadastrais dos contribuintes e morosidade na abertura de empresas; (vii) falhas, demora e alto custo nos processos de apuração e fiscalização de ICMS com o uso de nota fiscal de papel; (viii) morosidade e retrabalho na execução das auditorias contábeis fiscais; e (ix) crescimento do estoque de crédito tributário não recebido.
- 2.9 **Administração financeira, patrimonial e de controle interno:** (i) retrabalho de tarefas e baixa confiabilidade das informações geradas pelos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial; (ii) dificuldade na elaboração de análises que envolvam o relacionamento entre as áreas de finanças, contabilidade, orçamento e planejamento; (iii) deficiência dos instrumentos de controle e informação do controle da dívida, PAF, contratos, convênios e transferências aos municípios; (iv) baixa capacidade de auditar todos os órgãos da administração pública estadual.
- 2.10 **Recursos estratégicos:** (i) pouca divulgação dos dados do Governo para a sociedade; (ii) baixa eficácia na prestação de serviços gerando riscos e desconfortos aos servidores e ao cidadão-contribuinte; (iii) pouco avanço no desenvolvimento da cidadania fiscal; (iv) descontinuidade dos projetos que envolvem a área de informática; (v) baixa qualidade dos dados para o desenvolvimento de atividades de fiscalização; (vi) ineficiência na identificação legal de irregularidades fiscais; e (vii) desatualização de servidores quanto à assuntos diretamente ligados às atividades operacionais da SEFAZ/MS.

C. Objetivos e resultados esperados

- 2.11 Este Projeto integra a Linha de Crédito CCLIP-PROFISCO e tem como objetivo geral consolidar e aperfeiçoar o processo de reestruturação e modernização da administração fiscal e financeira do Estado. O Projeto está estruturado em 4 (quatro) componentes que incluem seus respectivos sub-componentes:
- 2.12 **Componente I – Gestão estratégica integrada:** (i) implantação de modelo de gestão estratégica focado em resultados, com macro-processos redesenhados (elaboração de manuais e implantação de procedimentos operacionais); (ii) desenvolvimento e implantação de sistemática (metodologia, processos, sistemas informatizados e integrados) de projeção da receita; e (iii) participação presencial e virtual em fóruns institucionais integradores para modernização dos fiscos estaduais.

2.13 Componente II – Administração tributária e contencioso fiscal:

(i) desenvolvimento, integração e implantação de sistemática (metodologia, processos de trabalho e sistema informatizado) de cobrança administrativa; (ii) reestruturação, qualificação e equipagem dos órgãos preparadores e órgão de julgamento; (iii) desenvolvimento e implantação de sistemática (metodologia, processos, sistemas informatizados e integrados) de fiscalização de trânsito e adequação da infra-estrutura; (iv) desenvolvimento e implantação de sistemática (metodologia, processos de trabalho, sistemas informatizados e integrados) de fiscalização de estabelecimentos; (v) redesenho e implantação de sistemática de Inteligência Fiscal; (vi) customização e implantação na SEFAZ/MS de módulos do Sistema E-Fisco (Sistema do Estado de Pernambuco) de administração tributária; (vii) atualização e adequação tecnológica do parque informático da área tributária; (viii) redesenho e implantação de novos processos de trabalhos da área tributária; (ix) implantação do Cadastro Sincronizado, com a participação de outros órgãos estaduais e de municípios; (x) implantação do sistema de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e); (xi) implantação da Escrituração Contábil Digital (SPED); (xii) implantação da Escrituração Fiscal Digital (SPED); (xiii) implantação do conhecimento de transporte eletrônico (CT-e); (xiv) aperfeiçoamento do atual modelo de procedimentos administrativo fiscal; e (xv) implantação de programa de resgate e recebimento do crédito tributário inscrito em dívida ativa e ajuizado.

2.14 Componente III – Administração financeira, patrimonial e controle interno:

(i) desenvolvimento e implantação de modelo de gestão e planejamento de finanças, orçamento, patrimônio e contabilidade; (ii) customização e implantação na SEFAZ-MS módulos do Sistema E-Fisco de Finanças Pública (financeiro, contabilidade, orçamento e planejamento); (iii) desenvolvimento e implantação de sistemática de gerenciamento de ativos e patrimônio da SEFAZ; (iv) customização e implantação de sistemas, a partir do E-Fisco, para atender as áreas de dívida pública, contratos de serviços e materiais, convênios estaduais e federais, acompanhamento do PAF, e transferências aos municípios; (v) implantação de modelo de gestão de auditoria para integração e aperfeiçoamento do controle interno; e (vi) desenvolvimento e implantação, a partir do E-Fisco, de módulo de auditoria.

2.15 Componente IV – Gestão de recursos estratégicos:

(i) desenvolvimento e implantação do Portal da Transparência; (ii) aperfeiçoamento dos serviços de atendimento ao cidadão-contribuinte; (iii) atualização e ampliação do programa de educação fiscal; (iv) desenvolvimento do planejamento estratégico da área de TIC da SEFAZ; (v) estabelecimento de modelo de gestão de dados com base única de dados fazendários; (vi) implantação de certificação digital dos contribuintes e servidores envolvidos nas atividades fazendárias; (vii) implantação de modelo de gestão de recursos humanos com plano de desenvolvimento individual do servidor e sistemática de avaliação de desempenho; (viii) desenvolvimento e implantação de novo modelo de gestão do conhecimento e da inovação que promova a troca de experiências/conhecimento e adoção de melhores práticas nas áreas da administração tributária, com uso extensivo da Intranet; e (ix) desenvolvimento e implantação de modelo de educação à distância.

- 2.16 **Resultados Esperados.** Os resultados esperados mais relevantes como consequência da execução do Projeto são: (i) redução da inadimplência com o aumento da cobrança administrativa; (ii) redução de 10% do prazo médio de solução de processos de contencioso administrativo fiscal; (iii) redução do tempo médio de fiscalização em estabelecimento de 180 dias para 100 dias; (iv) redução do tempo médio de concessão da inscrição estadual para 90% das empresas de 15 dias para até 2 dias; (v) 100% dos processos de auditoria fiscal nos estabelecimentos obrigados a EFD realizados eletronicamente; (vi) redução no tempo médio de julgamento dos processos administrativos fiscais de 12 para 8 meses; (vii) novo sistema de finanças públicas em operação; (viii) implantação do Portal da Transparência; (ix) monitoramento da área de TIC por meio de metas e indicadores e com padronização dos equipamentos e sistemas; e (x) unificação e integração da base de dados da SEFAZ.
- 2.17 **Impactos.** O Projeto contribuirá para: (i) o equilíbrio fiscal sustentável, com repercussão na economia do Estado; (ii) a ampliação da capacidade de investimento; e (iii) o aumento da satisfação do cidadão.

III. ASPECTOS DO DESENHO E CONHECIMENTO DO SETOR

- 3.1 A presente operação é continuação de uma importante experiência desenvolvida pelo Banco apoiando os processos de modernização na área fiscal e financeira nas três esferas de governo em seus diferentes poderes: (i) Programa de Modernização da Receita Federal; (ii) PNAFE; (iii) Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM); e (iv) Fortalecimento da Gestão Fiscal dos Estados de São Paulo e Bahia.
- 3.2 O Projeto será coordenado pela Unidade de Gestão do Projeto (UGP), que é parte integrante do Núcleo Especial de Modernização da Administração Estadual (NEMAE), da SEFAZ/MS, com equipe técnica constituída por servidores do quadro permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, evitando a criação de estruturas paralelas.

IV. SALVAGUARDAS

- 4.1 Em relação às questões ambientais, o Projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios da “Política de Salvaguardas Ambientais do Banco (OP-703)” por tratar-se de um Projeto de modernização institucional de uma Secretaria de Fazenda, não haverá riscos de impactos ambientais negativos (ver anexos II e III).

V. OUTROS TEMAS

- 5.1 A equipe do Banco, com base nas informações disponíveis, analisou os riscos do Projeto, resultando em uma classificação de riscos baixo.

VI. RECURSOS E CRONOGRAMA

- 6.1 O Anexo IV apresenta o atual estágio de desenvolvimento do Projeto. O anexo V detalha o cronograma de preparação, os recursos (US\$46.960) requeridos para financiar a realização das missões e estabelece as etapas para preparação da Proposta de Desenvolvimento de Operação (POD), sendo prevista sua distribuição no dia 15 de setembro de 2009.

Anexo I

Este anexo fue extraido por ser confidencial.

SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	Reform/Modernization of the State
	Project Type	Investment Loan
	Additional Operation Details	
	Country	Brazil
	Project Status	New Operation
	Investment Checklist	Institutional Development Investment
	Team Leader	Ana Lucia Paiva Dezolt
	Project Title	PROFISCO – Mato Grosso do Sul. Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Mato Grosso do Sul
	Project Number	BR-L1235
	Safeguard Specialist(s)	Arcindo Santos
	Assessment Date	2009-04-02
	Assessment Number	2009-04022158-2
	Additional Comments	

SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS	Project Type	Investment Loan	
	Safeguard Policy Items Identified (Yes)	No issues identified	
	Potential Safeguard Policy Items (?)	No potential issues identified	
	Recommended Action	Operation has not triggered any Policy Directives. Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PCD (or equivalent) and Safeguard Screening Form to ESR.	
	Additional Comments	<i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i>	

ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:	Luiz Villela
	Title	Fiscal Economist
	Date	2009-04-02

SAFEGUARD SCREENING FORM

This Report provides a summary of the project classification process and is consistent with Safeguard Screening Form requirements. The printed Report should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) (together with the Safeguard Policy Filter Report) and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	Reform/Modernization of the State
	Project Type	Investment Loan
	Additional Operation Details	
	Country	Brazil
	Project Status	New Operation
	Investment Checklist	Institutional Development Investment
	Team Leader	Ana Lucia Paiva Dezolt
	Project Title	PROFISCO – Mato Grosso do Sul. Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Mato Grosso do Sul
	Project Number	BR-L1235
	Safeguard Specialist(s)	Arcindo Santos
	Assessment Date	2009-04-02
	Assessment Number	2009-04022539-2
Additional Comments		

PROJECT CLASSIFICATION SUMMARY	Project Category: C	Override Rating:	Override Justification:
			Comments:
	Conditions/Recommendations	<ul style="list-style-type: none"> Normally no environmental impact assessment studies or consultations are required for Category "C" operations. Some Category "C" operations may require specific safeguard/monitoring requirements (Policy Directive B.3). These operations will establish safeguard/monitoring requirements for environmental and other risks (social, disaster, cultural, H&S etc.) The Project Team must send to ESR the PP or PCD (or similar) containing the E&S Strategy (the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3) plus the Safeguard Policy Filter and Screening Form Reports. <p><i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i></p>	

SUMMARY OF IMPACTS/RISKS AND POTENTIAL SOLUTIONS	Identified Impacts/Risks	Potential Solutions
	No issues identified	

ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening: Luiz Villela	Date: 2009-04-02
	Comments:	

BRASIL

**PROFISCO – MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL (PROFISCO/MS)
(BR-L1235)**

ESTRATÉGIA DE SALVAGUARDAS AMBIENTAL E SOCIAL

Em relação à questões de salvaguardas ambientais e sociais, o Projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios do “Sustainable Finance Toolkit” do Banco (ver Anexo II), que é consistente com a avaliação da Equipe de Projeto por se tratar de operação de modernização institucional de uma Secretaria de Finanças. Não se espera que o Programa tenha impactos ambientais e sociais negativos, conseqüentemente, não se considera necessária a preparação de uma Estratégia Ambiental e Social (EAS) para o Projeto.

BRASIL

PROFISCO – MATO GROSSO DO SUL

**PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (PROFISCO/MS)
(BR-L1235)**

ÍNDICE DOS TRABALHOS SETORIAIS CONCLUÍDOS E PENDENTES

Estudos	Descrição	Data Esperada	Referências e Links arquivos técnicos
	1. Macro Diagnóstico Institucional-Fiscal.	Concluído	IDBdocs1981000
	2. Matriz de Problemas, Soluções e Resultados.	Concluído	IDBdocs1981139
	3. Relatório de Gestão Fiscal SEFAZ/MS 2008.	Concluído	IDBdocs1981345
	4. Lei estadual que autoriza a contratação do Empréstimo PROFISCO	Concluído	IDBdocs1981505
	5. Histórico Receita ICMS	Concluído	IDBdocs1981541
	6. Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Mato Grosso do Sul – STN Anexos I a V.	Concluído	IDBdocs1981333
	7. Relatório de Encerramento do PNAFE/MS (PCR).	08/21/2009	
	8. Carta Acordo E-Fisco entre Mato Grosso do Sul e Pernambuco	Concluído	IDBdocs1981562
Análise de risco.	Aplicação da metodologia de análise de risco com participação dos órgãos envolvidos no Projeto.	Concluído	IDBdocs1981505
Mecanismo de execução e questões fiduciárias e de controle.	Proposta de mecanismo de execução do projeto incluindo: (i) descrição da estrutura organizacional vinculada à execução do Projeto; (ii) atribuições e competências da unidade executora; (iii) mecanismos de execução descentralizada; (iv) gestão financeira e auditoria; (v) aspectos orçamentários; e (vi) apropriação institucional dos resultados do Projeto.	Setembro 2009	
Análise financeira do Projeto.	Quadros demonstrativos dos ganhos financeiros em produtos selecionados. Relatório da análise financeira do Projeto.	Setembro 2009 Setembro 2009	
Atores-chave e questões políticas.	Preparação de minutas de convênios para viabilizar a participação de atores-chave na execução do projeto (SEA, PGE, SPG).	Setembro 2009	
Plano de Ações e Investimento (PAI) do Projeto.	Detalhamento das atividades e orçamento do Projeto.	Setembro 2009	
Linha de base para o Marco de Resultados.	Será definida uma metodologia para a coleta de dados que permitirá a construção da linha de base e o monitoramento dos resultados prioritários.	Setembro 2009	
Marco de Resultados do Projeto.	Detalhamento dos resultados esperados relativos à produtos selecionados.	Setembro 2009	

Anexo V

Este anexo fue extraido por ser confidencial.